



Editorial

Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura”: rumo à excelência jurídica e científica na segurança pública

José de Jesus Palheta Junior¹



¹ Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças “Cel. Moreira”.

É com grande satisfação que apresentamos a sexta edição da Revista Científica da Polícia Militar do Pará, um espaço que se consolida como veículo essencial para a disseminação de conhecimento de ponta e a reflexão sobre temas cruciais para a segurança pública e a atuação da Corporação. Nesta edição, celebramos, em especial, os 35 anos de criação da Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura” (APM), notável *locus* de referência que, ao longo de sua história, formou mais de dois mil Oficiais da Polícia Militar do Pará e de diversos Estados da Amazônia Legal.

O mérito desta edição reside no fato de que todos os textos publicados são frutos dos artigos de conclusão de curso elaborados pelos Cadetes do Curso de Formação de Oficiais - CFO 2022-2023, a primeira turma a incorporar com o Bacharelado em Direito como requisito obrigatório de ingresso. Este marco elevou o padrão de formação do oficialato, alinhando a PMPA a um novo patamar de excelência profissional e contribuindo decisivamente para uma atuação policial mais técnica, legalista e em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os direitos humanos. Os cadetes demonstram, por meio de seus estudos, o vigor intelectual e a base jurídica que nortearão o futuro da liderança na Corporação.

A curadoria desta edição foi especialmente rigorosa, resultando na seleção cuidadosa de cinco artigos que oferecem uma notável amplitude de abordagem, refletindo os múltiplos e complexos desafios enfrentados pela PMPA. Os trabalhos transitam desde o emprego de unidades especializadas em crimes de alta complexidade até a otimização de tecnologias de policiamento, passando por questões ambientais e o debate fundamental sobre legalidade e jurisprudência, evidenciando o preparo multidisciplinar dos futuros comandantes.

Abrimos esta jornada científica com o artigo “Novo Cangaço” no Pará: a atuação do Batalhão de Operações Policiais Especiais no combate às ações criminosas e sua efetividade, de autoria dos Cadetes Eduardo da Silva Cohen e Fernando Souza da Costa Neto, em coautoria com a Sargento PM e Profa. Dra. Josivane do Carmo Campos. O trabalho, que analisou o *modus operandi* da modalidade criminosa, conclui que a atuação do BOPE tem sido extremamente efetiva, comprovada pela brusca redução de ocorrências entre 2017 e 2022, a partir da adoção de doutrinas especializadas.

Em seguida, o tema ambiental é abordado no artigo “Entre o Barulho e a Lei: análise da atuação do Batalhão de Polícia Ambiental no enfrentamento à poluição sonora em Belém/PA”, de Fábio Melo Lauri-

nho, Felício Ferreira Gomes e Jefferson Lemos Santos, em coautoria com o Coronel Fernando Alberto Bilóia da Silva. Os autores investigaram a efetividade do BPA no combate à desordem sonora na capital e concluíram que sua atuação, embora essencial, encontra limites estruturais e jurídicos, sendo imperativa a otimização por meio de parcerias institucionais.

Prosseguindo com a inovação no policiamento, o artigo “Mapeando a Proteção: o gerorreferenciamento como estratégia-chave no policiamento rural de Santa Izabel do Pará”, dos Cadetes Adelaildo Maximo de Oliveira, Ediones da Costa Conceição e Wesley Guimarães de Souza, em coautoria com o Sargento e Prof. Me. Antônio Rodrigues da Silva Junior, demonstrou a efetividade do policiamento rural especializado. A principal conclusão é que, após a implantação, houve uma redução da criminalidade e um aumento expressivo da sensação de segurança da população, justificando a ampliação da doutrina.

No campo estratégico, o Coronel Glauco Pereira de Medeiros e as Cadetes Silmara Cristina Pantoja de Melo e Valnise de Assis Reis apresentam o estudo sobre a adequação das Seções de Inteligência das unidades operacionais do CPRM à luz das diretrizes do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM). A pesquisa revela que, embora fundamental, a atuação dessas Seções ainda não se alinha completamente às diretrizes do SIPOM, mas antevê que a recente aprovação da Política de Inteligência da PMPA fornecerá o impulso decisivo para essa adequação.

Por fim, a reflexão jurídica encontra seu espaço no artigo que faz uma análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a fundada suspeita no policiamento ostensivo preventivo no ano de 2022, de autoria dos Alunos Felipe Córdova da Conceição, Tales Cunha de Sousa, em coautoria com o Tenente Coronel Adriano Nazareno Goés da Silva. O trabalho aborda a necessidade de balizamento da busca pessoal e conclui que, apesar de ser um instrumento vital, a falta de uma definição mais concreta sobre a fundada suspeita por parte da lei e dos tribunais gera insegurança jurídica para os policiais militares em suas ações.

Na Seção de Entrevista, o Coronel Ricardo André Bilóia da Silva, Chefe do Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGEC) da PMPA, ressaltou o estabelecimento de um marco institucional crucial: a entrada em vigor da nova Diretriz-Geral de Educação (DGE). Esta medida consolida o Sistema de Educação Policial Militar (SEPM), organizando e definindo, de forma integrada, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização dos profissionais de Segurança Pública. A mudança estrutural é detalhada e especializada, estabelecendo o DGEC como Órgão Central, além de Órgãos de Apoio ao Ensino e Instrução (APM, CFAP, CTPM) e Órgãos Colegiados (CSE e ConEn). Essa iniciativa demonstra o compromisso irrevogável da PMPA com a excelência e a capacitação contínua, fatores essenciais para a modernização da atuação policial e para a garantia de um serviço de alta qualidade à sociedade paraense.

Fechando esta edição, o Informativo, assinado pelo Coronel Glauco Pereira de Medeiros, Comandante da APM “Cel. Fontoura”, traçou a notável evolução da Academia destacando a transformação da instituição, que migrou de uma formação inicial de caráter militarista para o modelo avançado com uma formação de características de Instituição de Ensino Superior (IES), culminando na exigência do Bacharelado em Direito. Esse percurso histórico é um testemunho eloquente do avanço institucional e do compromisso da PMPA com a modernização da formação do oficialato na segurança pública paraense.

Convidamos a todos os leitores a explorarem o conhecimento de excelência contido nesta edição. Que a leitura inspire novas pesquisas e contribua ativamente para o debate e o aprimoramento contínuo das políticas e práticas de segurança do nosso estado.

Boa leitura!

